

## I ENCONTRO DE LEITURA INCLUSIVA COM PESSOAS EXTRAORDINÁRIAS

Alnínive Correia Araújo Martini  
Pedagoga de Séries Iniciais da Prefeitura Municipal de Vitória  
[ninive.correa@hotmail.com](mailto:ninive.correa@hotmail.com)

Professora Raquel Falk Toledo  
[rfalktoledo@yahoo.com.br](mailto:rfalktoledo@yahoo.com.br)  
Professora de Séries Iniciais da Prefeitura Municipal de Vitória

Propostas Curriculares e Práticas Pedagógica  
Comunicação Oral

**Resumo:** Igualdade de acesso a todos os participantes da vida escolar, por meio da inclusão e acessibilidade, é indubitavelmente uma das pautas mais relevantes da área educacional. Avanços vêm acontecendo por meio do uso de métodos de comunicação e investimento em infraestruturas que estimulem a equidade no ambiente acadêmico. Neste contexto, foi realizado o projeto de leitura “Histórias Extraordinárias”. Tal projeto buscou apresentar e discutir, por meio da leitura, aspectos da inclusão e acessibilidade no meio estudantil, exercitando o pensamento crítico dos alunos. A obra utilizada foi o livro “Extraordinário”, de R. J. Palacio, cujo tema é a rotina de um aluno com uma deficiência física, e os desafios que ele enfrenta em seu dia-a-dia na escola. Ao apresentar este conteúdo aos alunos, intentou-se destacar valores como empatia, aceitação e respeito, enriquecendo o convívio entre eles e entre os demais membros da escola. Deste modo, o objetivo principal deste trabalho é descrever a prática pedagógica e como a inclusão foi vivenciada no cotidiano escolar com a turma do 4<sup>a</sup> ano e os estudantes público-alvo da Educação Especial, na escola de ensino fundamental em Vitória (ES). Metodologicamente, foi utilizada a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com a escolha de um assunto ou problema, e a coleta e análise das informações. Depreende-se desta iniciativa a importância do pensamento coletivo, que procura buscar harmonicamente soluções exequíveis de inclusão e acessibilidade e que possibilitem isonomia a todos os partícipes do universo acadêmico. Discutir sobre diferenças, aceitação e respeito é uma atitude imperiosa e não deve, de forma alguma, ser negligenciada.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Leitura. Educação Especial.

## **Introdução**

A inclusão e acessibilidade de todos os membros do ambiente acadêmico é sem dúvidas um gigantesco desafio para os profissionais de educação no Brasil. Mais do que isso: conseguir que todos os participantes da vida escolar possam interagir e usufruir de todos os recursos ofertados pela instituição escolar de forma plenamente igualitária envolve sujeitos que permeiam áreas além das circunscritas pelo meio educacional.

A frente pró-inclusão vêm sendo construída progressivamente por meio de iniciativas em diversos âmbitos, sejam eles políticos ou sociais. Ferramentas inovadoras têm ocupado de forma gradativa o dia-a-dia dos alunos, professores e demais profissionais da educação, aprimorando cada vez mais as relações interpessoais no ambiente escolar. Paralelamente, estruturas arquitetônicas com novos conceitos de acessibilidade surgem com o intuito de permitir o fluxo livre e adequado a todos os participantes do universo estudantil.

Desse modo, é razoável afirmar que quaisquer meios que possam solucionar a questão da inclusão e da acessibilidade a todos os componentes da área de ensino, sejam eles atuantes diretos ou indiretamente envolvidos nesse meio, devem ser vistos com atenção e tratados com seriedade. Principalmente se tais meios puderem agregar valores de cidadania, trazendo à sala de aula isonomia, empatia e humanidade.

## **Referencial teórico**

Historicamente, a educação aos alunos que representam o público-alvo da Educação Especial no Brasil guiava-se por um modelo clínico de forma separada, e eram excluídos da matrícula na escola regular. Esses indivíduos eram simplesmente ignorados, abandonados e muitas vezes assassinados. Em certos casos, a própria família mantinha a criança dentro de casa somente com os cuidados e proteção familiar, sem nenhum tipo de atendimento, por receio da discriminação. Para Castel (2008, apud LOPES, 2013, p.9), “ser discriminado

negativamente é algo que impõe ao sujeito uma condição menor”. Ou seja, no processo histórico, os “deficientes”, como assim eram chamados, sofreram devido a diferença do conceito de normalidade. Como menciona Foucault (2001, apud SANTOS;TELLES, 2012, p.2), os anormais são os que fugiam do padrão de normalidade de comportamento e de estrutura comportamental-social, os que não se enquadram na normalidade da sociedade.

Entre outros elementos históricos, nos processos de escolarização e de construção dos parâmetros legais e das políticas públicas para o sujeito da educação especial, em meados dos anos 90 essa modalidade passa a ganhar força e tem se reestruturado nas últimas duas décadas para a *Educação Inclusiva*. Como lembra Lopes (2013), a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploram e discriminam segmentos da população ao longo da história. Segundo Gotti (1998), incluir implica ações que envolvam a luta pela conscientização do direito à cidadania como pré-requisito fundamental para uma reflexão em torno dos conhecimentos, informações e sentimentos.

Essa perspectiva fortaleceu-se a partir da difusão da *Declaração de Salamanca* (UNESCO, 1994). Em suma, este documento, resultante da conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, veio com o objetivo de promover a educação para todos. Na década de 1990 aconteceram amplas mudanças estruturais e educacionais no país, inspiradas e direcionadas por organismos internacionais, caracterizadas pelo discurso de Educação para Todos. Na sua escrita a declaração se inicia com a seguinte ideia.

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA P.1).

Dentro deste documento, as reflexões sobre as necessidades educacionais especiais dos indivíduos passaram a ser respeitadas e a situação da acessibilidade começou a ser discutida para um melhor desenvolvimento social e educacional das pessoas com necessidades especiais e de todos os indivíduos desfavorecidos. Diante das mudanças, o governo sentiu-se pressionado a obedecer ao paradigma da educação inclusiva. Outrossim, o termo inclusão ganha impulso e visibilidade, o que proporcionou uma transformação no cenário educativo no Brasil, com maior relevância e importância em relação ao aumento do número de matrícula das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais na rede regular de ensino. Na concepção de Victor (2009), ao se traçar e tentar encaminhar uma política inclusiva no Brasil, objetiva-se oportunizar a educação para todos de forma democrática, apontando para a ampliação do acesso ao ensino público de qualidade, a garantia do direito à cidadania, a atenção à diversidade e o acolhimento às diferenças nos contextos educacionais.

Portanto, cabe destacar que as legislações vigentes de inclusão foram assim legalmente consolidadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, assegurando-lhes proteção integral, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96 que traz detalhado no Capítulo 5 a Educação Especial como modalidade de ensino, pelo Plano Nacional da Educação/2014, bem como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 (Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.), Resolução CNE Nº 4/2009 (institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado), Resolução CEE Nº 2.152/2010 (Dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Espírito Santo) e finalmente a Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015 de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

As políticas educacionais descrevem uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e a expectativa da escola atual é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

## **Objetivos**

Este estudo tem como objetivo descrever a prática pedagógica e como a inclusão foi vivenciada no cotidiano escolar com a turma do 4<sup>a</sup> ano e os estudantes público-alvo da Educação Especial, na escola de ensino fundamental em Vitória (ES).

## **Metodologia**

Para TRIVINÕS (1987), diante do exposto e da problemática da investigação, optou-se pela pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, pois, de forma muito geral, segue a mesma rota da realização de uma investigação. Portanto, existe uma escolha de um assunto ou problema, e a coleta e análise das informações.

## **Desenvolvimento**

Em uma escola de Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Vitória em 2017, a pedagoga de Séries Iniciais e juntamente com a professora do 4<sup>o</sup> ano do turno vespertino, desenvolveram o projeto “Histórias Extraordinárias”, que tem como objetivo proporcionar tanto aos alunos da turma como aos que se configuram público-alvo da educação especial, por meio da leitura, a

oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora. Baseado nessa proposta, seguiu-se o desenvolvimento do projeto no cotidiano escolar.

Na turma participava uma aluna com Síndrome de Silver-Russell<sup>1</sup> que veio do interior da Bahia. Ela matriculou-se durante a fase de planejamento do projeto. Por ter uma estatura diminuta, muitas vezes parecia ter medo de tudo e de todos ao seu redor.

Buscou-se então a leitura inclusiva como a primeira etapa do projeto, por meio da escolha de uma obra literária. O livro EXTRAORDINÁRIO (de R.J. Palacio) abrange o gênero romance infantil, por isso foi o escolhido para este projeto. De leitura dinâmica, prazerosa e envolvente, a obra conta a história de August Pullman, uma criança que nasceu com uma séria síndrome genética que o deixou com deformidades faciais, fazendo com que ele passasse por diversas cirurgias e complicações médicas ao longo dos seus primeiros anos de vida. Aos 10 anos ele enfrentou a escola pela primeira vez e sentiu na pele o desprezo e a inimizade de alguns alunos da escola. O livro aborda a visão de várias personagens, que, ao longo de suas narrativas, vão também construindo a história e a visão que cada um tem do August.

O livro foi se misturando à realidade do ambiente escolar e de repente percebeu-se a turma imersa em um momento focado de leitura ininterrupta. Sabia-se que era possível explorar maneiras de mudar o mundo com simples atitudes.

A leitura precisou ser feita em partes e diariamente, deixando aquele gostinho de "quero mais".

---

<sup>1</sup> A síndrome de Silver-Russel é descrita na literatura como quadro caracterizado por retardo no crescimento intra-uterino, que persiste no período pós-natal. Baixo peso ao nascimento e estatura pequena também estão presentes, ao lado de assimetria corporal e face triangular. Atrasos no desenvolvimento motor e cognitivo podem estar presentes em alguns casos.

A proposta era que a cada ápice ou deixa de uma personagem, a leitura fosse interrompida e retomada no dia seguinte. De fato, a leitura do livro não aconteceu somente na sala de aula, mas também na biblioteca e no pátio da escola. Nesta etapa, os estudantes estavam encantados com cada frase, parágrafo e capítulo do livro.

O uso de uma obra literária, elemento principal deste projeto, justifica-se pela percepção de que o ato de ler por parte do corpo discente tem diminuído diariamente.

O uso exacerbado de eletrônicos que não exigem nenhum pensamento crítico ou interpretativo tem ocasionado descaso ou indiferença para com o hábito da leitura, trazendo grandes prejuízos para o próprio estudante e baixos rendimentos na vida acadêmica. Isso resulta em produções desprovidas de criticidade, pouco coesas e/ou coerentes, vocabulário precário e muita dificuldade de interpretação, dentre outras consequências. A falta do hábito de uma leitura mais aprofundada e crítica resulta também em preconceito e intolerância de todas as formas possíveis.

Tais práticas preconceituosas são vivenciadas todos os dias no ambiente escolar. As diferenças existentes em cada um tornam-se motivos de brincadeiras discriminatórias, difamação e destruição da autoestima do indivíduo que sofre tais abusos.

É na leitura que o preconceito dá lugar a possíveis novos conceitos, alargando fronteiras e diminuindo as barreiras da diferença. É com a leitura que o processo de aprendizagem e as experiências são solidificados e a discriminação deixa de existir. É através da leitura que o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam e acrescentar significado à existência.

Faz-se necessário, portanto, a existência deste projeto que visa a leitura como papel principal na discussão sobre as diferenças, sobre inclusões em suas mais variadas formas, no que tange ao próximo, seja ele quem for, e a produção escrita como instrumento chave para elencar as competências necessárias que

vão além da sala de aula, possibilitando aos envolvidos tornarem-se seres pensantes e sensíveis a ponto de transformar o ambiente que os cerca.

Ao fim da leitura do livro e dos debates sobre o que aprendemos com cada personagem, foi proposto à turma que se iniciasse o processo de produção da escrita de uma nova história, cujo enredo contemplasse uma situação de superação, ajuda mútua e realização de sonhos.



Figura 1 (Fonte: alunos do 4º ano e da Educação Especial, EMEF da PMV)

Por não haver nenhum aluno cadeirante matriculado na escola, buscou-se uma pessoa de fora para que um novo diálogo pudesse acontecer:

Convidei uma grande amiga minha, servidora pública, cadeirante, para vir falar com eles sobre como era essa vida de cadeirante. O que era acessibilidade, dentre outras questões. De antemão os alunos perceberam que ela não poderia visitar nossa sala, nem o auditório. Combinamos então fazer nossa roda de conversa no laboratório de Informática. Foi interessante observar seus olhinhos curiosos e suas perguntas ingênuas, mas não tão fáceis de responder. Mas ela respondeu com carinho à todas elas. Disse sobre políticas públicas, até que um aluno ressaltou:

- Como você conseguiu chegar bem até aqui, já que nossa calçada não está legal?

Isso me emocionou pois, de certa forma, era isso que eu queria que percebessem. Sem saber, eles estavam mais perceptivos, mais abertos e mais conscientes de muitas coisas... (DIÁRIO DE BORDO PROFESSORA DO 4º ANO, nov.2017).





Figura 2 (Fonte: alunos do 4º ano e da Educação Especial, EMEF da PMV)

Nesta perspectiva, a escola ainda muitos tem caminhos e percorrer, pois assegurar a inclusão escolar da pessoa com mobilidade reduzida, utilizando para isto o conceito de acessibilidade, é um grande desafio.

A inclusão escolar constitui-se de um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão dos membros do ambiente acadêmico aos benefícios da vida em sociedade, exclusão esta provocada pela diferença de classe social, etnia, educação, idade, gênero, deficiência. Porém, a inserção não deve ser vista somente como sendo um problema pessoal a ser resolvido nas estruturas do sistema onde já deveria fazer-se presente, mas também como mecanismo de valorização das diferenças, enriquecendo o processo educacional e promovendo a participação com igualdade de oportunidades.

Nesta direção, percebemos a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações que envolvam alunos público-alvo da educação especial e o ensino comum, possibilitando espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam participar integralmente de tudo o que a escola possa oferecer.

Não obstante, outra oportunidade que os alunos tiveram foi a de dialogar com uma Doutoranda albina e com baixa visão, que relatou sobre como foi sua infância numa escola regular:

Uma semana depois, convidei uma amiga doutoranda em educação, albina e com baixa visão, para falar sobre sua infância numa escola regular. Ela narrou sua história e comoveu a todos os presentes naquela roda. Ela mencionou comportamentos e atitudes de colegas, que se pareceram muito com a história do livro que havíamos lido. Eles sentiram bem de perto o que a rejeição poderia causar em uma pessoa. Perceberam e disseram isso à ela. E a consolaram. No dia seguinte ela chorando, me respondeu assim:

-Ontem foi um dia muito especial. Compartilhei com vocês os meus medos e aflições. Falei de coisas que me entristecem. Falei de coisas que me motivam. Vi curiosidade sem maldade... Vi conhecimento com afeto... Percebi que apesar de tantos conflitos sociais existem pessoas que fazem a diferença... Aprendi a renovar a esperança... De fato me viram além do albinismo... Me emocionaram... Obrigada por tornarem leve o que por muito tempo foi um grande fardo. Gratidão! Parabéns pelo trabalho sensível! Parabéns ao 4º ano pelo carinho e olhar generoso pelo conhecimento. Obrigada por me mostrarem que não sou uma ilha. Vocês merecem ser aplaudidos de pé!

Ela também me ajudou a fazer os preceitos se tornarem animações em Stop Motion. Após termos explorado tantos os preceitos, queria observar como iriam relê-los em forma de animação. E isso foi interessante. Um dos preceitos era: "Nenhum homem é uma ilha". De acordo com os alunos que desenvolveram esta animação, eles utilizaram o formato das cadeiras em roda e colocaram um dos alunos no meio sozinho. A cada foto um aluno ia se sentando até que todos o envolveram. Outro preceito dizia: "Seus feitos são seus monumentos". Para essa animação, dois alunos pensaram em construir a palavra RESPEITO com material escolar. Nos explicaram depois que "com estudo a gente conquista respeito, mas a gente aprende a respeitar também". (Fala de um aluno). (DIÁRIO DE BORDO PROFESSORA DO 4º ANO, nov.2017).

Quando finalmente o livro foi terminado, muitos alunos ficaram tristes. Foi perguntado então a eles o que significava ser extraordinário. Muitos disseram que ser extraordinário era ser diferente, fazer algo incrível ou algo do tipo. Foram mostradas algumas histórias reais de crianças que mudaram o mundo com atitudes simples, mas corajosas. Ao perguntar se podia-se chamá-las de extraordinárias, unanimemente disseram que sim!

O evento “I Encontro de Leitura Inclusiva com Pessoas Extraordinárias” reuniu pais, alunos do ensino comum e público-alvo da educação especial, um representante cego da Biblioteca Estadual, um professor surdo representante da Escola Oral e Auditiva de Vila Velha, um representante da Rede Nacional de Leitura Inclusiva da Fundação Dorina Nowill para Cegos de São Paulo, uma Professora de teatro da APAE Serra, pais de alunos e discentes matriculados na escola que possuem autismo, baixa visão, síndrome de Down, Síndrome de Asperger e Síndrome de Silver-Russel. Cada um falou sobre acessibilidade à leitura, desafios e conquistas na vida de cada um.



Figura 3 (Fonte: I Encontro de Leitura Inclusiva com Pessoas Extraordinárias, EMEF da PMV).

A Rede Nacional de Leitura Inclusiva, um projeto da Fundação Dorina, tem um papel muito importante na disseminação de conhecimento e garantia do direito à leitura da pessoa com deficiência. O projeto distribui livros para instituições, organizações, escolas e bibliotecas que atendem pessoas com deficiência visual em Rede Nacional, o livro fala sobre a literatura, folclore, culinária, música e turismo brasileiros, em formatos acessíveis e interativos: *braille*, impressão em fonte ampliada, ilustrações, áudio e digital acessível Daisy que um formato digital Accessible Information System, sistema de informação digital acessível é um sistema de livros digitais sonoros que tem como objetivo ajudar deficientes visuais ou qualquer outra pessoa que possua dificuldade de acesso a materiais

escritos tradicionais, se caracterizando como mais uma ferramenta na inclusão no mundo da leitura.

Neste encontro, oportunizamos a uma mãe e sua filha, que é aluna da escola portadora de baixa visão, o primeiro contato com o Livro Acessível para cegos e baixa visão e a conhecer a Coleção Regionais que fala sobre a Cultura Brasileira.

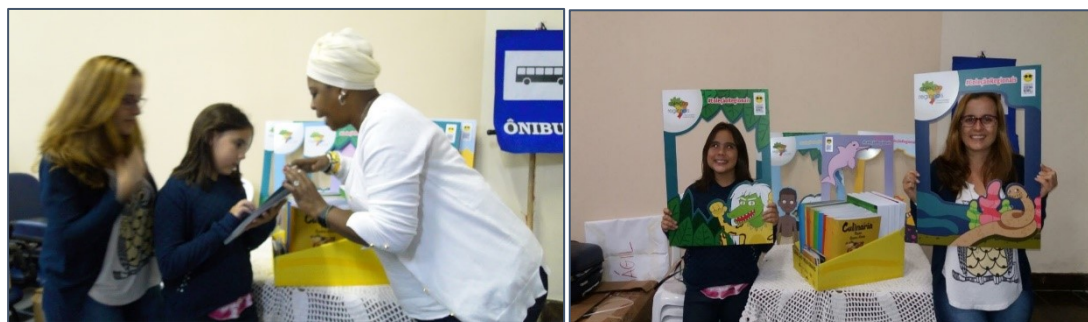


Figura 4 (Fonte: aluna do 4º ano, que tem baixa visão, contraturno do 4º ano, EMEF da PMV)



Figura 5 (Fonte: apresentação do Teatro “Mais Amor por favor”, trouxe a peça “Inclusão”, com os alunos do Integral, EMEF da PMV)

Neste encontro, ressalta-se a história do professor surdo e representante da Escola Oral e Auditiva de Vila Velha e sua ânsia para ler sem ter a sua língua mãe que é a LIBRAS. Ele via revistinhas em quadrinhos sem saber do que se tratava, depois as esqueceu por um tempo e cresceu. Quando conheceu a

LIBRAS e descobriu que sinais representavam expressões e palavras, voltou às revistinhas tentando identificar que palavra ou expressão poderia estar ali pelas representações dos desenhos e assim memorizá-las como segunda língua.



Figura 6 (Fonte: professor Surdo e representante da Escola Oral e Auditiva de Vila Velha)

Esse evento foi registrado pela TV FAESA, uma Faculdade próxima à escola, que se tornou nossa parceira em muitas outras atividades.



Figura 7 (Fonte: Parceria com a TV FAESA- entrevista com a professora do 4º ano Raquel Falk)



Notei que nossos alunos amadureceram. Já não são mais os mesmos... Haviam crescido e isso é bom... (DIÁRIO DE BORDO PROFESSORA DO 4º ANO, nov.2017).

Carvalho (2005) enfatiza que incluir não significa apenas pôr todas as crianças em uma mesma condição, haja vista incorrer-se no risco de a partir daí praticar-se uma perversa exclusão, observando que, o estar fisicamente em um lugar não quer dizer que se faça parte dele. Além da inserção física, é imprescindível que todos os estudantes sejam favorecidos com a inclusão na aprendizagem e na inclusão social, exercitando o desenvolvimento e a plena cidadania.

### **Conclusão**

O direito à educação do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais que fortaleçam a identidade individual e coletiva, bem como o respeito ao ato de aprender e de construir. Há diversos caminhos para se fazer uma educação inclusiva, devendo a escola e a comunidade eleger as melhores formas, observando e estudando a respeito e fazendo as modificações que forem necessárias para que o processo de educação inclusiva realmente aconteça.

### **Referências**

BRASIL. **Plano Nacional de e Educação**, 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> . Acesso em 23/07/2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> . Acesso em 23/07/2018.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: do que estamos falando?**. 2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395>> . Acesso em 23/07/2018.

FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1ª ed. Biblioteca da Pesquisa.

GOTTI, M. O. **Integração e Inclusão**: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Em M. C. Marquezine; M. A. Almeida; E. D. O. Tanaka; N. N. R. Mori & E. M. Shimazaki (Orgs.). Perspectivas multidisciplinares em educação especial (pp. 365-372). Londrina: Ed. UEL, 1998.

LOPES, Maura Corcini. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

SANTOS, A.R.; TELES, M.M. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. In: 3º SIMPÓSIO – EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: INFOINCLUSÃO POSSIBILIDADES DE ENSINAR E APRENDER, ISSN: 2179-4901., 2012. *Anais*, 2012. p. 1-11. Disponível em < <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>>. Acesso em 22/07/2018.

PALACIO, R.J. **Extraordinário**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 320 p.

SOUZA, Marta Alves da Cruz. **Inclusão e avaliação no cotidiano da escola: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VICTOR, Sonia Lopes. **Sobre inclusão, formação de professores e alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da educação infantil**. Disponível em: < [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/333.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/333.pdf)> . Acesso em 23/07/2018.